



O BOLETIM JUVENTUDE EM LUTA CHEGA AO NÚMERO

O JeL é um panfleto do Partido Operário Revolucionário, mais especificamente, de sua organização juvenil, a Corrente Proletária Secundarista, que conta com militantes do Partido e simpatizantes. A publicação da sua quinquagésima edição é uma conquista política importante.

Através desse panfleto, nos esforçamos por aplicar a linha geral do Partido à realidade particular da juventude e do movimento estudantil. Ao mesmo tempo, na medida em que vai acompanhando os principais problemas que afetam a juven-



tude, a Corrente Proletária Secundarista vai dando uma valiosa contribuição para a construção do Programa da revolução proletária em nosso país. Trata-se uma importante arma política, à serviço da luta socialista.

Convidamos a juventude oprimida a contribuir com a elaboração coletiva do JeL, enviando denúncias, informes e análises sobre o que se passa nos bairros, escolas etc., além de ajudar em sua divulgação. Viva o Boletim Juventude em Luta! ■

POLÍTICA OPERÁRIA

O movimento Estudantil deve ter Independência de Classe

A situação da classe operária e demais trabalhadores vai de mal a pior, seus direitos, conquistados com lutas históricas, são arrancadas a cada nova contrarreforma dos governos, em nome dos interesses da burguesia de conjunto. Particularmente, o período pós-recessão (2015/16) tem sido brutal: a reforma trabalhista destruiu a CLT, a terceirização se tornou irrestrita, a previdência foi desmontada e a MP 936 tem sido o golpe de misericórdia na classe, com salários reduzidos e os contratos suspensos. Nem precisamos dizer que aqueles que estão fora da produção social amargam uma situação ainda pior.

A responsabilidade das direções sindicais por esta situação é enorme. Desde as negociatas por fábrica até as traições das centrais sindicais, que se recusam a organizar os trabalhadores para a luta. Via de regra, seguem a política de colaboração de classes, de divisionismo, de renúncia às reivindicações elementares, aceitação dos PDVs (Plano de Demissão "Voluntária"), lay-off (suspensão do trabalho), férias coletivas etc.

As direções do movimento estudantil seguem o mesmo caminho derrotista. Dirigido pelos mesmos partidos que controlam o movimento sindical (PT, PCdoB e, em menor medida, PSOL), o movimento estudantil abandona a luta pelas necessidades mais

sentidas dos estudantes e aposta nas saídas eleitorais, parlamentares e judiciais. Nesta edição do Juventude em Luta, é o que vemos nas notas sobre os cortes na educação, sobre o novo currículo e na atitude submissa da UMES-SP, de colaboração com o governo no retorno às aulas presenciais. Neste cenário de pandemia, esta política levou à aceitação prática do EaD (ainda que os discursos fossem contrários), através da liquidação da democracia operária (assembleias, ação direta, mobilizações de rua etc.).

Tanto para o movimento operário, quanto para o estudantil está colocada a tarefa de expulsar as direções burocráticas e os traidores. O movimento estudantil não deve aceitar os carreiristas que usam os estudantes como trampolim para a política burguesa eleitoral. A superação dessas direções é parte da superação da profunda crise de direção revolucionária que vivem as massas exploradas. Os estudantes com consciência de classe devem construir oposições revolucionárias no movimento estudantil e combater, com o programa da revolução proletária, as políticas conciliadoras e lutar com independência de classe pelas necessidades imediatas da juventude vinculando-as a tarefa da tomada do poder pelo proletariado.

CORTE PREVISTO DE R\$ 4,2 BI NA EDUCAÇÃO EM 2021 REAGIR A MAIS ESTE BRUTAL ATAQUE!

No dia 10 de agosto, o MEC anunciou a previsão de reduzir 18,2% do orçamento da educação em 2021, o que significa gritantes R\$ 4,2 bilhões a menos, inviabilizando atividades e serviços indispensáveis. Pelo planejamento, o governo cortará 1,4 bi só das universidades e Institutos Federais, e não detalhou ainda como os outros níveis da educação serão afetados. Essa é mais uma imposição econômica de Bolsonaro/Guedes, ainda a ser aprovada no Congresso. Como dissemos na saída de Weintraub, não havia nada que comemorar, afinal, a troca de ministros não altera a política do governo.

Ressaltamos que o corte representa um brutal ataque à autonomia das universidades, institutos e escolas, pois ficam sem poder decidir como devem gastar suas verbas e gerir a vida acadêmica, algo mais grave ainda diante do quadro da pandemia. Despesas chamadas discricionárias, como água, luz, serviços terceirizados de limpeza e segurança, obras, compras de equipamentos, pesquisas e assistência estudantil ficarão comprometidas. Terão de enfrentar a retomada das aulas presenciais, provavelmente ainda sem vacina para a Covid-19, que exigirá aumento dos gastos com EPIs, cuidados sanitários e adequação da infraestrutura para assegurar ventilação e distanciamento.

Descaradamente, o MEC defende que “houve um simples ajuste” e que a pandemia “exige um esforço adicional na otimização dos recursos públicos e na priorização de despesas”. Como sempre, retira-se do setor público para manter os pagamentos de juros e amortização da dívida pública, sacrificam a juventude e salvam os bolsos dos banqueiros e grandes empresários.

Só a UFRJ teria um corte de R\$ 70 milhões, não cobrindo o necessário nem para metade do ano letivo. Reitores e as burocracias universitárias já falam em mobilizar deputados federais para barrarem a proposta. Certamente, os movimentos estudantis dirigidos pelo reformismo caminharão para a mesma saída parlamentar, completamente inócua.

A resposta à ofensiva do governo contra a educação de conjunto precisa ser dada igualmente de conjunto. As universidades não devem tentar resolver o problema dos cortes separadamente, nem pela via institucional burguesa, que é derrota na certa. Os sindicatos e centrais ligados à educação e o movimento estudantil devem convocar assembleias gerais unificadas e criar os comitês, para decidir os próximos passos e organizar a luta. ■

Realizado o Lançamento do Folheto sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial

Peça o seu!



Organizado pelo Boletim Juventude em Luta, da Corrente Proletária Secundarista, o Lançamento do Folheto sobre os 10 anos do Estatuto da Igualdade Racial foi realizado em 15 de agosto de 2020, reunindo a militância e simpatizantes poristas em São Paulo.

Para orientar o debate, ressaltou-se a distinção entre as concepções de opressão do reformismo e do marxismo. Para o reformismo, há diversas opressões, de tal modo que o combate a cada uma, ou seja, a opressão racial, a opressão sobre a mulher, a opressão de classe etc., deve se dar de forma paralela. Como resposta, defende a educação para não ser racista, homofóbica etc. e a punição, para dar o exemplo. Para o marxismo, ao contrário, as diferentes opressões têm uma raiz histórica de classe e são manifestações particulares da opressão de classe, de modo que o combate a elas precisa, necessariamente, estar articulado ao combate ao capital. Como resposta, defende a luta revolucionária da maioria oprimida, sob a direção do proletariado, para superar a propriedade privada dos meios de produção, que é o fundamento material de toda forma de opressão.

Chamou-se a atenção para o fato do Estatuto da Igualdade Racial não citar o regime escravista, fazendo apenas uma menção abstrata a “formação social do país”. De fato, o reformismo não pode ir à raiz do problema, senão teria que reconhecer a origem da opressão nas classes sociais. Esconde que a opressão racial está entrelaçada com a opressão nacional.

Destacou-se o caráter liberal do Estatuto, que aponta para as saídas individuais, representatividade dentro do Estado burguês, “promoção de empresários negros” etc.

Vivemos a época de decomposição e desintegração do capitalismo, com suas crises, crescente aumento da barbárie e de toda sorte de opressões. Trata-se de uma época de guerras, revoluções e contrarrevoluções, em que as reformas progressivas não têm mais lugar. Acreditar na possibilidade

de resolver o problema da opressão sobre os negros pela via institucional e legalista não passa de ilusão. Apesar disso, o reformismo continua com força desviando as massas para o caminho eleitoral, dizendo que se deve votar em candidatos negros para que sejam “empoderados”. Não é de surpreender que, recentemente, pela primeira vez na história, o movimento negro brasileiro protocolou um pedido de impeachment no Congresso, reforçando assim a sua submissão à linha dos partidos reformistas (PT, PCdoB e PSOL) e à política burguesa. O POR defendeu que o caminho para pôr fim à opressão racial é o da luta direta da maioria negra e oprimida nas ruas e não nas urnas e no parlamento burguês.

Diversos foram os dados apresentados sobre a opressão sobre os pretos e pretas. A burguesia tem dificuldade de mascarar a situação e os dados revelam que a população negra ocupa as maiores taxas de encarceramento, de assassinatos por arma de fogo, de violência contra a mulher, de evasão escolar e menor acesso à educação superior. Não tinha como deixar de mencionar que a pandemia tem escancarado e confirmado, ainda mais, a completa falência da política reformista, expressa no Estatuto. A população preta e pobre é a que mais tem sofrido com as demissões e o desemprego, com a falta de saneamento básico e habitação, com a violência policial, com a precariedade da saúde pública, e com os óbitos por Covid-19.

Concluimos que a juventude com consciência de classe deve compreender a falência das teses reformistas para resolver seus problemas. Deve, assim, se somar às fileiras do Partido Operário Revolucionário, para combater a opressão racial em sua raiz de classe, ou seja, lutando pelas reivindicações imediatas das massas negras como salário, emprego, saúde etc., mas elevando esta luta até as tarefas de tomada e transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade social.

Direção da UMES se alia ao governo e vira as costas aos estudantes



A UMES, entidade dirigida pela UJS/PCdoB e que vem seguindo a linha das esquerdas reformistas na pandemia, de submissão à política burguesa do isolamento social, lançou recentemente uma nota intitulada “Retornar às aulas apenas com combate inteligente ao vírus”.

Usando muitas generalidades relacionadas à proteção da população com critérios científicos, a direção passa à defesa do mesmo discurso hipócrita do governo estadual no enfrentamento à Covid-19, para justificar a virada de posicionamento, antes oposto a Bolsonaro sobre a reabertura, agora contribuindo para o retorno às atividades.

Alegam se tratar de uma “segunda fase” de combate ao coronavírus e que seguirão a data que a área da Saúde definir.

A corrente chegou ao ponto de participar de uma vergonhosa simulação do protocolo de volta às aulas na E.E. São Paulo, ao lado de uma representação da Secretaria da Educação do estado. Em nenhum momento, fala sobre consultar os próprios estudantes, suas famílias e os trabalhadores sobre o retorno. A decisão fica nas mãos da burocracia estatal, sob controle do PSDB, com Doria e Covas.

Como se vê, os estalinistas não largam os aparatos e não conseguem se desvincular da subordinação à setores da burguesia. É bom lembrar que o PCdoB está defendendo a “frente ampla”, que inclui governadores e parlamentares direitistas (Maia, Doria etc.), política referendada no “Congresso” virtual da UMES. Enquanto isso, continuam negando mobilizar os estudantes. Quem acredita que o governo atenderá suas reivindicações, como a reforma de toda infraestrutura e a ampliação do transporte, como medidas de segurança, sem que seja com muita luta?

A tarefa da vanguarda é retomar o método da ação direta, organizar e por em pé um movimento massivo, com independência de classe, em defesa da educação pública, da saúde, dos empregos, salários e direitos. ■

Sindicato de professores no RJ aprova greve em assembleia virtual

Para completar o processo de retorno ao trabalho falta basicamente a educação. Por um lado, vemos as escolas privadas e os governos dos estados pressionando pelo retorno às aulas presenciais. Por outro, vemos as direções dos trabalhadores e estudantes não organizando a luta. É o que se passa também no Rio de Janeiro.

O SEPE, sindicato Estadual dos Profissionais de Educação no RJ, diante da ameaça de volta às aulas presenciais convocou uma assembleia virtual para deliberar a “greve pela vida”. A assembleia convocada para decidir greve, o que não acontecia em anos, mais pareceu um referendo e foi controlada pelos burocratas, que impuseram limite no que poderia ser apresentado. Os funcionários não foram contemplados e voltaram ao trabalho.

O fato é que o adendo “pela vida” é uma declaração de passividade, pois carrega a ideia de que os trabalhadores devem ficar em suas casas e que nenhuma luta real, nas ruas, será feita. Sabemos que assembleias virtuais só podem deliberar por ações virtuais, daí seu conteúdo vazio de ação prática. E é por isso que a direção (PT/PCdoB e PSOL) convocou a deliberação da greve: para fazer demagogia com a necessidade de luta dos trabalhadores e depois usar como propaganda nas próximas eleições. Sequer deixou clara as condições para um futuro retorno: a vacina, a testagem em massa da categoria ou o quê? E caso o governo obrigue o retorno: o que será feito?

A passividade e o isolamento é o caminho da derrota. Somente com a luta é que trabalhadores da educação e estudantes poderão decidir quando e como retomar as aulas. É dever de uma direção de luta organizar as assembleias presenciais para decidir as reivindicações e ações práticas. Está colocada na ordem do dia a necessidade de organizar uma luta unitária geral, junto à classe operária e demais trabalhadores, fortalecendo os setores que estão lutando isolados, como os Correios, que estão em greve. ■

O Novo Currículo do Ensino Médio é mais do mesmo (SP)

O governo do estado de SP lançou, no final de julho, o Novo Currículo do Ensino Médio, em consonância com a reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Prevê-se que a mudança seja implementada progressivamente, começando pelos alunos do 1º Ano, em 2021. O Novo Currículo terá 3.150 horas de carga horária, distribuídas em três anos. Do total, 1.800 horas serão destinadas à formação básica e o restante, 1.350 horas, aos chamados “itinerários formativos”, onde serão incluídos os componentes do programa Inova Educação.

Para o Secretário, Rossieli Soares, “a mudança será fundamental para atrair e manter os jovens na escola e tentar conter o aumento da evasão escolar após a crise provocada pelo coronavírus”. Ele ignora a desigualdade social, que é a principal responsável pela evasão escolar e pela falência do ensino. Com o “velho” ou com o “novo” currículo, a escola sob o capitalismo continuará enfadonha, repetitiva, memorística, descolada da realidade social. Nem cabe discutir se existirão os recursos necessários às aulas de “robótica” etc., sendo que falta até papel higiênico nas escolas.

Não basta mudar o currículo, se a base econômica da sociedade mantém a exclusão social. A luta pela transformação do ensino é parte do programa de transformação geral da sociedade. Nós, da Corrente Proletária na Educação (POR), defendemos uma nova escola, que seja gratuita, laica, para todos, sob o controle dos estudantes e trabalhadores e ligada à produção social, isto é, que una a teoria com a prática.